



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 80 - PRES/DG/STI/COSUP

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC) analógica e digital, nas modalidades local e longa distância, para atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Aplicam-se à prestação dos serviços a serem contratados as condições indicadas neste Termo de Referência que disciplinarão a execução dos serviços, sendo estas complementadas, de forma subsidiária, pelas demais normas aplicadas ao objeto da contratação.

Os serviços de telefonia fixa comutada (STFC), doravante denominados simplesmente de serviços, a serem contratados pelo TRE/RO estão detalhados no item 6. Para fins da contratação dos serviços de telefonia fixa na modalidade local, a base territorial foi dividida nos seguintes lotes:

- a)** Lote 1: Serviços Discagem Direta a Ramal (DDR);
- b)** Lote 2: Linhas telefônicas não residenciais;
- c)** Lote 3: Serviços Longa Distância Nacional (LDN);
- d)** Lote 4: Serviços Discagem Direta Gratuita (DDG) - 0800;

A descrição sumária dos serviços a serem contratados está indicada no item 6.6.

2. DA JUSTIFICATIVA

Em face da necessidade premente de utilização dos serviços STFC Local e Longa Distância Nacional - LDN, torna-se imperativa a promoção de processo licitatório que vise à contratação dos citados serviços, uma vez que estes são imprescindíveis para viabilizar as atividades institucionais do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Os serviços de telefonia objeto deste processo são essenciais para a Administração, no instante em que atendem a necessidade de permanente comunicação entre pessoas que integram a própria Administração, bem como entre os membros da Administração e o público externo em geral.

Os serviços de telefonia fixa, por sua natureza, devem ser executados de forma indireta, continuamente e contratados seguindo-se os rigores legais, pelas empresas autorizadas.

A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência será realizada mediante licitação, na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por tratar-se de serviço comum de acordo com a o art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, prevendo-se a execução indireta no regime de empreitada por preço unitário (alínea 'b' do inciso VIII do art. 6º da Lei 8.666/93).

3. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO



O presente Termo de Referência tem por intuito atender aos seguintes princípios:

Do Planejamento: Este Termo de Referência dá cumprimento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2010/2014) da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que está plenamente alinhado ao planejamento estratégico da instituição, conforme será demonstrado mais adiante.

Da Objetividade: Este documento dá ciência à alta administração do TRE-RO no sentido do cumprimento do Plano de Contratação.

Da Eficiência: Em função da constante evolução das tecnologias e das restrições burocráticas da contratação por órgãos públicos, torna-se mais eficiente a contratação de serviços com o fornecimento de equipamentos em comodato de forma a garantir a manutenção do serviço e solução de problemas. Assim como as atualizações e substituições destes equipamentos é facilitada tendo em vista que não estão incorporados ao patrimônio da administração.

Da Qualidade: Considerando que este termo especifica as características mínimas necessárias para o prestação dos serviços, a empresa contratada proverá os equipamentos e insumos necessários para garantir a qualidade deste serviço.

Da Economicidade: Atualmente este Regional, bem como a Justiça Eleitoral como um todo, conta com um contrato de comunicação vigente, nas quais urge readequarmos as necessidades, visando garantir uma economia para a Administração Pública, principalmente em face das novas tecnologias que o mercado dispõe.

Além disso, a proposta aqui apresentada atua para dar cumprimento aos Objetivos Estratégicos traçados pelo CNJ, do Planejamento Estratégico do TRE-RO e das principais ações do PDTI da STI, a saber:

a) Planejamento Estratégico do CNJ:

Tema: Infraestrutura e Tecnologia:

Garantir a infraestrutura de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação) apropriada às atividades judiciais e administrativas.

Garantir a disponibilidade de sistemas de TIC essenciais ao judiciário.

Tema: Eficiência Operacional:

Primar pela satisfação do cliente TIC.

b) Planejamento Estratégico do TRE-RO:

Tema: Infraestrutura e tecnologia:

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.



c) Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do TRE-RO:

Perspectiva: Contribuição corporativa

Objetivo 2: Otimizar a aplicação dos recursos financeiros destinados a área de TI demonstrando de forma objetiva os retornos sobre os investimentos.

Perspectiva: Excelência operacional:

Objetivo 5: Garantir a disponibilidade dos serviços de TI apropriadas às atividades judiciais e administrativas;

Objetivo 6: Garantir a estrutura de TI apropriada às atividades judiciais e administrativas

d) Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

Fornecer os meios e sistemas necessários para suportar a política de comunicação da Justiça Eleitoral;

Ampliar serviços prestados aos usuários.

e) Plano de Contratações 2019 TRE-RO:

Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços no âmbito da Justiça Eleitoral, e que as contratações devem ser precedidas de planejamento, sempre que possível em harmonia com o planejamento estratégico do Tribunal. Processo SEI n. 0002802-79.2018.6.22.8000.

4. ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO

A despesa decorrente do presente Termo de Referência foi programada/contemplada no Orçamento Anual do exercício de 2019, conforme dados do SIGEPRO. Segue abaixo, o quadro de fonte orçamentária e enquadramento da despesa:

4.1. Fonte Orçamentária

Orçamento/Categoria: Ordinário / Manutenção Geral

Agregador: Operação dos Serviços Administrativos

Despesa Agregada: Telefonia

Plano Interno: AOSA TELEFO

Valor: R\$ 137.500,00 (valor planejado para o exercício 2019)*



(*) Para o exercício 2020 a despesa foi registrado na PLOA, que está em análise.

5. DAS DEFINIÇÕES TÉCNICAS APLICÁVEIS A CONTRATAÇÃO

Para efeito deste Termo de Referência, devem ser consideradas as seguintes definições:

5.1. Acesso, Linha ou Terminal: equipamento ou aparelho que possibilita o acesso do usuário ao STFC;

5.2. ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações - entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações;

5.3. Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC): definido no Plano Geral de Outorga como o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia;

5.4. Telefonia Local: realização de chamadas para comunicação entre pontos fixos determinados, situados em uma mesma área local;

5.5. Telefonia de Longa Distância Nacional (LDN): realização de chamadas de longa distância, originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos situados no território nacional;

5.6. Degrau Tarifário 1 (D1): abrange as ligações de longa distância nacional originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos cuja distância entre as localidades de origem e destino seja de até 50 km;

5.7. Degrau Tarifário 2 (D2): abrange as ligações de longa distância nacional originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos cuja distância entre as localidades de origem e destino seja de 51 a 100 km;

5.8. Degrau Tarifário 3 (D3): abrange as ligações de longa distância nacional originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos cuja distância entre as localidades de origem e destino seja de 101 a 300 km;

5.9. Degrau Tarifário 4 (D4): abrange as ligações de longa distância nacional originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos cuja distância entre as localidades de origem e destino seja acima de 300 km;

5.10. Ligação Fixo-Móvel (VC1): realização de chamadas destinadas a usuário do SMP que se encontre dentro da Área de Registro de origem da chamada;

5.11. Ligação Fixo-Móvel (VC2): realização de chamadas destinadas a usuário do SMP que se encontre em Área de Registro distinta e não contida na Área de Registro de origem, mas identificada por Código Nacional com primeiro dígito idêntico;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pregão Eletrônico nº 12/2019

5.12. Ligação Fixo-Móvel (VC3): realização de chamadas destinadas a usuário do SMP que se encontre em Área de Registro distinta e não contida na Área de Registro de origem, e identificada por Código Nacional com primeiro dígito distinto;

5.13. Prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado: pessoa jurídica que mediante concessão, permissão ou autorização pode prestar STFC;

5.14. Central Privativa de Comutação Telefônica (CPCT): é o equipamento terminal da CONTRATADA (usuário), interligado ou não a uma central de comutação da Rede de Telecomunicações do STFC;

5.15. Entrocamento Bidirecional: enlace que interliga a central privativa de comutação telefônica – CPCT a uma central telefônica pública ou outros dispositivos da prestadora do serviço de telefonia fixo comutado – STFC, utilizado tanto para o tráfego de entrada como para o tráfego de saída;

5.16. Perfil de Tráfego: assim entendido o quantitativo médio mensal estimado, em minutos, de ligações telefônicas efetuadas, em função do horário e das localidades de destino de maior ocorrência e levando em consideração o tempo médio de duração das chamadas;

5.17. Link E1: sistema de transmissão digital com velocidade de 2.048 Mbps, adotado no Brasil com 32 canais digitais, cada um com uma velocidade de 64 Kbps, sendo 30 canais de voz ou dados, um canal para sincronismo e um canal para sinalização telefônica;

5.18. Usuário: pessoa que se utiliza do serviço telefônico fixo comutado independentemente de assinatura ou inscrição junto à prestadora do serviço;

5.19. Plano de Serviço: documento que descreve as condições de prestação do serviço quanto ao seu acesso, manutenção do direito de uso, utilização de serviços eventuais e suplementares a eles inerentes, e as tarifas ou preços associados, sendo os respectivos valores praticados, devidamente discriminados em Planilha de Preços de Serviços, em conformidade com as regras e os critérios estabelecidos pelo mesmo;

5.20. Plano Básico de Serviços: entendido como Plano de Serviço de oferta obrigatória e não discriminatória a todos os Usuários ou interessados no STFC, registrado na ANATEL;

5.21. Plano Alternativo de Serviços: plano opcional ao Plano Básico de Serviços, homologado pela ANATEL, sendo a de estrutura de preços definida pela Prestadora, visando a melhor adequação da prestação do serviço para o atendimento às necessidades de mercado;

5.22. Planilha de Formação de Preços: documento de caráter informativo, contendo o detalhamento da composição de preços necessário à análise e comparação das propostas de prestação dos serviços;

5.23. Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC): serviço disponibilizado pela PRESTADORA, visando facilitar a comunicação com o usuário;

5.24. Serviço Móvel Pessoal (SMP): serviço de telecomunicações móvel terrestre, de interesse coletivo, prestado em regime privado, que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e entre estas e outros terminais, observando o disposto na regulamentação pertinente;

5.25. Tarifa de Assinatura: valor devido pelo assinante em contrapartida da manutenção da disponibilidade do acesso telefônico de forma individualizada para fruição contínua do serviço;

5.26. Discagem Direta Gratuita (DDG) - É um número de fácil memorização que é programado em cima de linhas telefônicas, ramais de PABX Virtual ou grupo de ramais DDR em que o originador da chamada não paga pela ligação. O pagamento das ligações é de inteira responsabilidade do cliente contratante do serviço DDG 0800.



6. DOS PREÇOS E CONDIÇÕES (características, quantidades, preços máximos)

6.1. Os serviços de telefonia fixa comutada (STFC), doravante denominados simplesmente de serviços, a serem contratados pelo TRE/RO estão detalhados neste tópico.

6.2. Os serviços compreenderão basicamente a interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa, e a utilização desta para realização de chamadas telefônicas locais e de longa distância, para outros telefones fixos ou móveis.

6.2.1. Para algumas linhas não residenciais, poderão ser requeridos os serviços de conexão à internet (ADSL).

6.3. Os serviços serão prestados de forma ininterrupta, todos os dias da semana, e 24 horas por dia.

6.4. A base territorial da prestação dos serviços é o Estado de Rondônia.

6.5. Para fins da contratação dos serviços de telefonia fixa na modalidade local, a base territorial foi dividida nos seguintes lotes:

- a) Lote 1: Serviços Discagem Direta a Ramal (DDR);
- b) Lote 2: Linhas telefônicas não residenciais;
- c) Lote 3: Serviços Longa Distância Nacional (LDN);
- d) Lote 4: Serviços Discagem Direta Gratuita (DDG) - 0800;

6.6. A descrição sumária dos serviços a serem contratados está indicada nos quadros abaixo, com o respectivo valor médio, decorrente de pesquisa de mercado (Evento SEI nº [0413351](#)) realizada em órgãos públicos:

Lote	Item	Subitem/serviço	Forma de Tarificação	Qtde Prevista	Local de instalação
1. Serviços Discagem Direta a Ramal (DDR)	1.1 Serviços DDR	1.1.1. Instalação de entroncamentos digitais (pacote com 4 E1)	Evento	4 feixes/links (120 canais/linhas)	Prédio Sede do TRE-RO
		1.1.2. Assinatura de entroncamentos digitais (pacote com 4 E1)	Mensalidade	4 feixes/links por 30 meses	Prédio Sede do TRE-RO
		1.1.3. Assinatura DDR (pacote com 400 ramais)	Mensalidade	30 meses	Prédio Sede do TRE-RO



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pregão Eletrônico nº 12/2019

		1.1.4. Tráfego local fixo-fixo	Minuto	150.000 minutos	Prédio Sede do TRE-RO
		1.1.5. Tráfego local fixo-móvel (VC1)	Minuto	99.000 minutos	Prédio Sede do TRE-RO

Lote	Item	Subitem/serviço	Forma de Tarificação	Qtde Prevista	Locais Atendidos
2. Linhas telefônicas residenciais não	2.1. Serviço de voz	2.1.1. Habilitação de linha telefônica	Evento	110 linhas	Zonas Eleitorais, conforme cláusula 7.1
		2.1.2. Assinatura linha telefônica	Mensalidade	50 linhas	Zonas Eleitorais, conforme cláusula 7.1
		2.1.3. Assinatura linha telefônica (especial)	Evento	60 linhas	Zonas Eleitorais, conforme cláusula 7.1 e municípios abrangidos, conforme cláusula 7.8 e 7.9
		2.1.4. Tráfego Fixo-Fixo	Minuto	32.500	Zonas Eleitorais, conforme cláusula 7.1
		2.1.5. Tráfego fixo-móvel - VC1	Minuto	39.190	Zonas Eleitorais, conforme cláusula 7.1

Lote	Item	Subitem/serviço	Forma de Tarificação	Qtde Prevista	Locais Atendidos
3. Serviços Telefonia de Longa Distância Nacional	3.1 LDN	3.1.1. LDN Fixo-Fixo (Rondônia)	Minuto	17.500	Zonas Eleitorais, conforme cláusula 7.1
		3.1.2. LDN Fixo-Fixo Intraregional (exceto)	Minuto	17.500	Zonas Eleitorais,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pregão Eletrônico nº 12/2019

		RO)			conforme cláusula 7.1
		3.1.3. LDN Fixo-Fixo Inter-regional	Minuto	17.500	Zonas Eleitorais, conforme cláusula 7.1
		3.1.4. LDN Fixo-Móvel (VC2) Rondônia	Minuto	800	Zonas Eleitorais, conforme cláusula 7.1
		3.1.5. LDN Fixo-Móvel (VC2) Intraregional (exceto RO)	Minuto	800	Zonas Eleitorais, conforme cláusula 7.1
		3.1.6. LDN Fixo-Móvel (VC2) Inter-regional	Minuto	800	Zonas Eleitorais, conforme cláusula 7.1
		3.1.7. LDN Fixo-Móvel (VC3) Intraregional	Minuto	2.000	Zonas Eleitorais, conforme cláusula 7.1
		3.1.8. LDN Fixo-Móvel (VC3) Inter-regional	Minuto	2.000	Zonas Eleitorais, conforme cláusula 7.1

Lote	Item	Subitem/serviço	Forma de Tarifação	Qtde Prevista	Locais Atendidos
4. Serviços Discagem Direta Gratuita (DDG)	4.1 Serviço 0800	4.1.1. Assinatura	Mensalidade	30 meses	Prédio Sede do TRE-RO
		4.1.2. Tráfego Fixo Local	Minuto	4.000	Prédio Sede do TRE-RO
		4.1.3. Tráfego Fixo Intraestadual	Minuto	1.000	Prédio Sede do TRE-RO
		4.1.4. Tráfego Fixo Interestadual	Minuto	1.000	Prédio Sede do TRE-RO



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pregão Eletrônico nº 12/2019

		4.1.5. Tráfego Móvel Local	Minuto	15.000	Prédio Sede do TRE-RO
		4.1.6. Tráfego Móvel Intraestadual	Minuto	15.000	Prédio Sede do TRE-RO
		4.1.7. Tráfego Móvel Interestadual	Minuto	400	Prédio Sede do TRE-RO

6.7. A empresa interessada não está obrigada a ofertar preço para todos os lotes desta contratação, podendo eleger aquele(s) em que deseja concorrer, de acordo com sua qualificação para a prestação dos serviços e/ou sua conveniência.

6.8. Os lotes desta contratação poderão ser vencidos por empresas distintas.

6.9. A empresa interessada em um determinado lote de serviços deverá ofertar preços para todos os itens componentes desse lote, sob pena de recusa de sua proposta.

6.10. Os preços unitários máximos a serem admitidos para cada item desta contratação estão indicados em planilha (Anexo I) que acompanha este Termo de Referência

6.11. Os serviços de telefonia fixa na modalidade local compreendem, conforme o caso e dentre outros, os seguintes serviços:

a) habilitação/instalação de linhas telefônicas para uso das unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia, através, conforme o caso, de feixes digitais ou linhas analógicas;

b) habilitação/instalação de sistema de identificação de chamadas;

c) disponibilização da rede da operadora para realização de chamadas locais originadas nos telefones habilitados para o TRE/RO, destinadas a outros telefones fixos ou móveis pertencentes ao próprio TRE/RO ou a qualquer outro usuário;

d) disponibilização da rede da operadora para realização de chamadas de longa distância originadas nos telefones habilitados para o TRE/RO, destinadas a outros telefones fixos ou móveis pertencentes ao próprio TRE/RO ou a qualquer outro usuário, mediante uso do código de seleção da operadora contratada para prestação dos serviços de longa distância; e

e) fornecimento de modem óptico para conexão de link E1.

6.12. Os serviços de telefonia fixa local que terão seus valores considerados para fins de seleção da(s) operadora(s) a ser(em) contratada(s) estão contemplados nos lotes 1 e 2 da presente contratação.

6.13. Os demais serviços concernentes à telefonia fixa local não foram individualizados neste Termo de Referência, em razão da ausência de expressividade dos mesmos, e também em face do montante da contratação, haja vista a sua pouca ou nenhuma utilização.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pregão Eletrônico nº 12/2019

6.13.1. Aplicar-se-á aos serviços a que se refere a cláusula 6.13 o disposto na cláusula 10.7.2. deste Termo de Referência.

7. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E ESTIMATIVAS

7.1. Os quantitativos estimados e os locais de prestação dos serviços relativos aos grupos 1 a 4 estão indicados nas tabelas a seguir:

Local	Município Sede	Endereço	Linhas Telefônicas instaladas
Prédio Sede do TRE-RO	Porto Velho	Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixa da União, CEP: 76.805-859	Até 400 ramais no prédio sede e zonas eleitorais.
1ª Zona Eleitoral	Guajará-Mirim	Av. Candido Rondon, 784 – Tamandaré, CEP: 76.850-000	Até 02 linhas não residenciais.
3ª Zona Eleitoral	Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, 1218 – Centro, CEP: 76.900-100	Até 02 linhas não residenciais.
4ª Zona Eleitoral	Vilhena	Rua 545, n. 495 – Jardim América, CEP: 76.980-728	Até 02 linhas não residenciais.
5ª Zona Eleitoral	Costa Marques	Av. Chianca, 1159 – Centro, CEP: 76.937-000	Até 02 linhas não residenciais.
7ª Zona Eleitoral	Ariquemes	Travessa Aquariquara, 3631 – Setor Institucional, CEP: 76.872-856	Até 02 linhas não residenciais.
8ª Zona Eleitoral	Colorado do Oeste	Av. Marechal Rondon, 4637 – Centro, CEP: 76.993-000	Até 02 linhas não residenciais.
9ª Zona Eleitoral	Pimenta Bueno	Av. Castelo Branco, 970 - Dos Pioneiros, CEP: 76.970-000	Até 02 linhas não residenciais.
10ª Zona Eleitoral	Jaru	Rua Princesa Isabel, 1028 - Setor 02, CEP: 76.890-000	Até 02 linhas não residenciais.
11ª Zona Eleitoral	Cacoal	Rua Anísio Serrão, 2004 - Centro, CEP: 76.963-804	Até 02 linhas não residenciais.
12ª Zona Eleitoral	Espigão do Oeste	Av. Sete de Setembro, 3071 - Centro, CEP: 76.974-000	Até 02 linhas não residenciais.
13ª Zona Eleitoral	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, 83 - Da União, CEP: 76.920-000	Até 02 linhas não residenciais.
15ª Zona Eleitoral	Rolim de Moura	Av. São Luiz, 4557 - Centro, CEP:	Até 02 linhas não



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pregão Eletrônico nº 12/2019

		76.940-000	residenciais.
16ª Zona Eleitoral	Cerejeiras	Av. Das Nações, 1847 - Centro, CEP: 76.997-000	Até 02 linhas não residenciais.
17ª Zona Eleitoral	Alta Floresta do Oeste	Av. Brasil, 3068 - Princesa Isabel, CEP: 76.954-000	Até 02 linhas não residenciais.
18ª Zona Eleitoral	Alvorada do Oeste	Rua Monteiro Lobato, 4283 - Centro, CEP: 76930-000	Até 02 linhas não residenciais.
19ª Zona Eleitoral	Santa Luzia do Oeste	Rua D. Pedro I, 2349- Centro, CEP: 76.950-000	Até 02 linhas não residenciais.
25ª Zona Eleitoral	Ariquemes	Travessa Aquariquara, 3631 – Setor Institucional, CEP: 76.872-856	Até 02 linhas não residenciais.
26ª Zona Eleitoral	Ariquemes	Travessa Aquariquara, 3631 – Setor Institucional, CEP: 76.872-856	Até 02 linhas não residenciais.
27ª Zona Eleitoral	Jaru	Rua Princesa Isabel, 1028 - Setor 02, CEP: 76.890-000	Até 02 linhas não residenciais.
28ª Zona Eleitoral	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, 83 - Da União, CEP: 76.920-000	Até 02 linhas não residenciais.
29ª Zona Eleitoral	Rolim de Moura	Av. São Luiz, 4557 - Centro, CEP: 76.940-000	Até 02 linhas não residenciais.
30ª Zona Eleitoral	Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, 1218 – Centro, CEP: 76.900-100	Até 02 linhas não residenciais.
32ª Zona Eleitoral	Machadinho do Oeste	Av. Rio de Janeiro, 3134 - Centro, CEP: 76.868-000	Até 02 linhas não residenciais.
34ª zona eleitoral	Buritis	Av. Porto Velho, 1454 - Setor 02, CEP: 76.880-000	Até 02 linhas não residenciais.
35ª zona eleitoral	São Miguel do Guaporé	Av. Cacoal, 965 - Cristo Rei, CEP: 76.932-000	Até 02 linhas não residenciais.
Posto de Atendimento ao Eleitor – Nova Brasilândia	Nova Brasilândia do Oeste	Av 13 de Maio, 1858 - Setor 14, CEP: 76.958-000.	Até 01 linha não residencial.
Posto de Atendimento ao Eleitor – Presidente Médici	Presidente Médici	Av. Macapá, 1763 - Ernandes Gonçalves, CEP: 76.916-000	Até 01 linha não residencial.
Linhas Especiais para Eleição, Recadastramento Biométrico e outros.	Conforme demanda.	Conforme demanda.	Até 60 linhas não residenciais.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pregão Eletrônico nº 12/2019

7.2. Os quantitativos de linhas a serem habilitadas/instaladas e os locais de prestação dos serviços foram definidos de acordo com a atual distribuição das unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia e de acordo com a estimativa de uso dessas unidades.

7.3. A previsão de distribuição das linhas, por município-sede e municípios/distritos termos, consta de planilha do Anexo II, que acompanha este Termo de Referência.

7.4. O campo destinado as linhas especiais na planilha do Anexo II serão compostos por novas linhas a serem instaladas na pretensa contratação, conforme a demanda da Justiça Eleitoral, como por exemplo, período eleitoral, recadastramento biométrico, entre outros.

7.5. O TRE/RO requisitará a instalação/habilitação de linha telefônica de acordo com sua efetiva necessidade, sendo-lhe facultada a alteração de quantitativos destinados a determinada localidade, bem como o remanejamento de linhas entre as localidades contempladas em um mesmo grupo. Por se tratar de serviço estimado, o TRE-RO não está obrigado a contratar o quantitativo previsto em sua totalidade, mas somente o que efetivamente for conveniente e adequado para a administração.

7.6. Por ocasião da assinatura do contrato decorrente desta contratação, o TRE/RO entregará à operadora contratada listagem com as localidades a serem inicialmente atendidas, com o respectivo quantitativo de linhas a serem instaladas/habilitadas.

7.7. Nesta contratação foram previstos nos itens dos serviços relacionados no Lote 2, os quantitativos relacionados a linhas para atendimento às Eleições, denominadas de linhas especiais.

7.8. As linhas especiais destinam-se ao atendimento de necessidades temporárias do TRE/RO, decorrentes das atividades atinentes às Eleições e ao recadastramento biométrico.

7.9. As linhas especiais serão habilitadas/instaladas de acordo com a efetiva necessidade do TRE/RO, e poderão ser destinadas a qualquer local (por ex.: imóvel da Justiça Eleitoral, local de cadastramento, local de totalização de eleições, etc.) situado no(s) município(s) abrangido(s) pelo lote.

7.10. Havendo necessidade de linha especial, o TRE/RO requisitará à operadora a habilitação/instalação da linha e informará o local de instalação.

7.11. Para fins desta contratação foi estimado o prazo médio de dois meses de uso para cada linha especial, podendo ocorrer de determinadas linhas serem habilitadas por período superior ao médio e outras por período inferior.

7.12. Cessada a necessidade da linha especial, o TRE/RO requisitará à operadora a desabilitação/desinstalação da linha.

7.13. Os quantitativos de serviços indicados nas tabelas da cláusula 7.1 são estimativos, tendo sido previstos de acordo com o exposto na cláusula 9 deste Termo de Referência, e não vinculam o TRE/RO à sua efetiva utilização.

7.14. Em razão da portabilidade, não havendo impedimento técnico para tal, a operadora deverá, mediante solicitação do TRE/RO, manter a numeração das linhas não residenciais já em uso, incluindo o número da ouvidoria 08001480148.

7.15. No caso em que haja alteração do número de telefone, a operadora deverá providenciar a veiculação de mensagem indicativa do novo número, pelo prazo, de no mínimo, 30 (trinta) dias.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pregão Eletrônico nº 12/2019

7.16. A interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa será realizada, conforme o caso, através de feixe digital (link E1) ou acesso direto (linha não residenciais).

7.17. Nos casos de interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa através de feixe digital observar-se-ão, sem prejuízo das demais condições fixadas neste Termo de Referência, as condições indicadas nesta cláusula:

7.17.1. O feixe digital (link E-1) deverá ser bi-direcional, conectado por fibra óptica a 2 Mbps, com capacidade para 30 (trinta) canais digitais.

7.17.2. Os feixes digitais serão conectados a modem ópticos fornecidos pela contratada e instalados em espaço próprio do prédio-sede do TRE/RO em Porto Velho/RO.

7.17.3. Os modem ópticos a serem fornecidos pela contratada deverão ser, preferencialmente, das marcas Digitel, Asga e Parks.

7.17.4. A empresa contratada ficará responsável pela instalação do feixe digital até o modem óptico, ficando a cargo do TRE/RO a conexão do modem óptico com a Central Privada de Comutação Telefônica – CPCT em uso nas suas instalações.

7.17.5. O fornecimento dos modems ópticos será feito pela empresa contratada sem custo adicional para o TRE/RO.

7.17.6. Os feixes digitais deverão dispor da facilidade DDR (Discagem Direta a Ramais), satisfazendo um plano de numeração com até 500 (quinhentos) ramais.

7.17.7. O prazo de instalação dos feixes digitais não poderá ser superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da Ordem de serviço, encaminhados pelo gestor/fiscal do contrato, por meio de correio eletrônico (e-mail).

7.18. Quanto aos casos de interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa através de acesso direto (linha não residencial) observar-se-ão, sem prejuízo das demais condições fixadas neste Termo de Referência, as condições indicadas nesta cláusula:

7.18.1. A empresa contratada ficará responsável pela instalação até o quadro central ou rack de telefonia, nos imóveis em que houver, ou até o ponto em que será instalado o aparelho telefônico, onde não houver quadro central ou rack. As linhas especiais, deverão ser instaladas até o ponto em que será instalado o aparelho telefônico.

7.18.2. Nos imóveis em que a instalação for feita até o quadro central ou rack de telefonia, ficará a cargo do TRE/RO a conexão entre o quadro/rack e o local em que efetivamente será instalado o aparelho telefônico.

7.18.3. O prazo de instalação de acesso direto (linha não residencial) não poderá ser superior a 15 (quinze) dias consecutivos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, encaminhada pelo gestor/fiscal do contrato, por meio de correio eletrônico (e-mail).

7.19. A operadora deverá prever em sua proposta os custos de instalação/habilitação das linhas telefônicas (feixes digitais e linhas não residenciais), inclusive decorrentes de eventuais adaptações para compatibilização com a rede interna existente nas unidades da Justiça Eleitoral, observado o disposto na cláusula anterior.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pregão Eletrônico nº 12/2019

7.19.1. Informações gerais sobre os serviços de tráfego de voz, a serem prestados, poderão ser obtidas com a Seção de Suporte Operacional, através do fone (69) 3211-2180, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente do TRE/RO.

7.19.2. Faculta-se à operadora interessada a realização de visita, mediante agendamento prévio, às unidades da Justiça Eleitoral a serem atendidas pelos serviços, para fins de coleta de informações necessárias à elaboração da sua proposta.

7.19.3. Para os prédios localizados em Porto Velho/RO o agendamento poderá ser realizado no Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação, através do telefone (69) 3211-2066, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente do TRE/RO.

7.19.4. Para os Cartórios Eleitorais do interior as visitas deverão ser agendadas com o responsável por cada unidade, cujo telefone para contato poderá ser obtido no sítio deste Tribunal na internet (www.tre-ro.jus.br), na página “Eleitor e Eleições/Zonas Eleitorais”.

7.20. A operadora deverá entregar as linhas telefônicas (feixe digital ou linha não residencial) ao TRE/RO em perfeita condição de funcionamento e prontas para uso.

8. TELEFONIA FIXA NA MODALIDADE DE LONGA DISTÂNCIA

8.1. Os serviços de telefonia fixa na modalidade de longa distância compreendem, basicamente, a realização de chamadas de longa distância originadas nos telefones do TRE/RO, destinadas a outros telefones fixos ou móveis pertencentes ao próprio TRE/RO ou a qualquer outro usuário, mediante uso da rede da operadora de telefonia fixa local contratada e do código de seleção da operadora contratada para prestação dos serviços de longa distância.

8.2. Os serviços de telefonia fixa de longa distância que terão seus valores considerados para fins de seleção da(s) operadora(s) a ser(em) contratada(s) estão contemplados no lote 3 da presente contratação.

8.3. Os demais serviços concernentes à telefonia fixa de longa distância não foram individualizados neste Termo de Referência em razão da ausência de expressividade dos mesmos em face do montante da contratação, haja vista a sua pouca ou nenhuma utilização.

8.3.1. Aplicar-se-á aos serviços a que se refere a cláusula 8.3 o disposto na cláusula 10.7.2 deste Termo de Referência.

9. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS DE SERVIÇOS

9.1. A estimativa de quantitativos de serviços foi efetuada tendo como base, conforme o caso e dentre outras fontes, as contratações realizadas anteriormente pelo TRE/RO, a expectativa de incremento de demanda e a utilização dos serviços em exercícios anteriores.

9.2. A estimativa de quantitativos de serviços de todos os grupos tem caráter meramente estimativo, não obrigando de forma alguma, a sua contratação integral pelo TRE/RO.



9.3. O TRE/RO fará uso dos serviços de acordo com a sua efetiva necessidade, pagando à(s) empresa(s) contratada(s) apenas os valores referentes aos serviços efetivamente requisitados/utilizados.

9.4. Em caso de alteração de quantitativos após iniciados os serviços que acarrete sua não utilização, será informado à contratada para a sua retirada e supressão dos valores dos serviços no percentual não utilizado.

10. DA FORMAÇÃO DE PREÇOS

10.1. Para fins de formação dos preços a serem ofertados na presente contratação, as empresas interessadas deverão observar o que segue:

- a)** os serviços terão como preços de referência os constantes do plano básico de serviços vigente, aprovado pela Anatel;
- b)** para os serviços relativos a tráfego de voz deverão ser considerados os valores relativos ao horário normal;
- c)** deverão ser informados os valores dos serviços sem e com tributos, tendo como referência o plano básico de serviços;
- d)** sobre os valores dos serviços (com tributos) poderão ser ofertados descontos pelas empresas licitantes, resultando em valores dos serviços com desconto, que corresponderão aos valores unitários a serem pagos pelo TRE/RO;
- e)** os valores unitários com desconto serão multiplicados pelas respectivas quantidades de cada item, resultando em valores totais por item;
- f)** os valores totais por item correspondentes a um mesmo grupo serão somados, resultando no valor global do grupo.
- g)** nos valores unitários relacionados a tráfego de voz, nas modalidades local e longa distância, admitir-se-á o uso de até 4 (quatro) casas decimais (ex.: 0,xxxx);
- h)** nos valores totais e globais anuais dos itens/grupos serão admitidas apenas 2 (duas) casas decimais, devendo o arredondamento, se necessário, ser sempre realizado para a unidade centesimal imediatamente inferior.
- h.1)** deverão ser observadas as regras fixadas no edital no que se refere ao lançamento de valores no COMPRASNET.

10.2. No que concerne à incidência da cobrança de valores, serão considerados, para fins da formação de preços e julgamento de propostas, o que segue:

- a)** serviços de cobrança única: aqueles cujo pagamento é feito apenas uma vez por ocorrência/evento, como, por exemplo, a taxa de habilitação/instalação, que é paga, uma única vez, por ocasião da colocação em funcionamento da linha telefônica;
- b)** serviços de cobrança mensal: aqueles cujo pagamento é feito mensalmente, durante a vigência do contrato, em função da disponibilização de



determinado serviço, como, por exemplo, a assinatura mensal relativa à linha telefônica em uso;

c) serviços de cobrança por demanda: aqueles cujo pagamento é feito de acordo com o efetivo uso, como, por exemplo, tráfego de voz (medido em minutos falados e faturado mensalmente).

10.3. Para fins da formação de preços desta contratação são fixadas as seguintes regras de tarifação das chamadas e de cobrança de serviços:

a) a unidade de tarifação deverá estar expressa em minutos;

b) a tarifação mínima será de ½ minuto (30 segundos), e, após, haverá a tarifação a cada 6 (seis) segundos;

c) não haverá cobrança de taxa de conexão por ter sido completada a chamada, sendo cabível apenas a tarifação da duração da chamada;

d. quanto ao tráfego local fixo-fixo e fixo-móvel: o percentual de desconto ofertado na proposta da operadora vencedora incidirá linearmente sobre as tarifas aplicáveis às diferentes faixas de horário (normal, diferenciado, reduzido e super reduzido);

e) no tráfego de longa distância fixo-fixo: o percentual de desconto ofertado na proposta da operadora vencedora incidirá linearmente sobre:

e1) as tarifas aplicáveis aos degraus 1 e 2; e,

e2) as tarifas aplicáveis às diferentes faixas de horário (normal, diferenciado, reduzido e super reduzido);

f) quanto ao tráfego de longa-distância fixo-móvel: o percentual de desconto ofertado na proposta da operadora vencedora incidirá linearmente sobre as tarifas aplicáveis às diferentes faixas de horário (normal e reduzido);

g) os serviços que tenham cobrança de valor fixo mensal (assinaturas) terão faturamento proporcional ao número de dias de efetiva prestação, nos casos em que forem prestados por período equivalente a fração de mês.

10.4. A formação dos preços dos itens/grupos deverá ser demonstrada pela operadora, devendo para tanto ser utilizado o modelo fornecido pelo TRE/RO, correspondente ao grupo de interesse da operadora.

10.5. Para fins de verificação dos preços, a operadora deverá apresentar o plano básico de serviços vigente, aprovado pela Anatel, do qual constem os valores que serviram de referência para a elaboração da proposta para a presente contratação.

10.6. Com base no valor ofertado para cada item desta contratação e no valor correspondente no plano básico de serviços, será obtido o percentual de desconto a ser aplicado durante a vigência contratual, aplicando-se a seguinte fórmula: $D = (1 - VPL/VPS) \times 100$, onde D= percentual de desconto; VPL = valor do item proposto pela licitante; e VPS = valor do item constante do Plano Básico de Serviços.

10.7. Os demais serviços correlatos ao objeto desta contratação, e não individualizados neste Termo de Referência, tais como: chamadas longa distância internacionais, alteração de endereço de acesso, entre outros, poderão ser requisitados durante a vigência contratual, de acordo com a necessidade do TRE/RO.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pregão Eletrônico nº 12/2019

10.7.1. A não descrição individualizada desses serviços neste Termo de Referência se deve à ausência de expressividade dos mesmos em face da contratação, haja vista a sua pouca ou nenhuma utilização.

10.7.2. Caso haja a utilização de algum desses serviços, o TRE/RO pagará à empresa contratada o valor registrado no plano básico de serviços usado como referência desta contratação.

10.8. Na formação de seus preços a operadora deverá considerar todos os custos decorrentes da prestação dos serviços, obedecidas as condições deste Termo de Referência, da minuta do Termo Contratual, bem como, aquelas que regem a concessão/autorização dos serviços de telefonia fixa.

10.9. A empresa contratada deverá tornar disponível ao TRE/RO, sem custos adicionais, o detalhamento de todas as contas telefônicas, de modo a viabilizar a fiscalização da prestação dos serviços.

10.10. A Contratada deverá repassar ao TRE/RO os eventuais descontos promocionais, porventura oferecidos ao mercado, para clientes de perfil e porte similares ao do TRE/RO, independente de solicitação deste, sempre que aqueles forem mais vantajosos que os descontos decorrentes desta contratação.

11. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do Acórdão-TCU nº 1925/06-Plenário, o valor estimado do objeto deste Pregão não foi divulgado, devendo as empresas interessadas no mesmo solicitar tal informação via e-mail (licitacao@tre-ro.jus.br) ou diretamente, mediante solicitação formal, na Seção de Licitações e Compras do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, situado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, Porto Velho/RO.

12. DA NOTA FISCAL/FATURA

12.1. O faturamento dos serviços contratados deverá, caso seja tecnicamente possível, ter sua periodicidade coincidente com os meses civis.

12.2. A Contratada deverá emitir a respectiva Nota Fiscal de Serviço, e encaminhá-la ao TRE/RO, de modo que seja recebida por este com antecedência mínima de quinze (15) dias da data do vencimento.

12.3. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a indicação resumida dos serviços a que se refira, executados no respectivo período de competência, sendo vedada a inclusão de serviços que não tenham sido expressamente contratados/requisitados pelo TRE/RO.

12.4. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

12.5. De forma complementar, deverá ser fornecido, via sítio na internet, arquivo no formato de planilha eletrônica (.xls), ou outro formato estabelecido em comum acordo entre as partes, relativo a cada Nota Fiscal de Serviço.



12.5.1. No arquivo deverão estar discriminados, obrigatoriamente, no mínimo, de forma detalhada, as seguintes informações:

- a) tipos de ligações tarifadas;
- b) códigos de acesso e localidades dos terminais de origem;
- c) códigos de acesso e localidades dos terminais de destino;
- d) código do serviço;
- e) descrição do serviço;
- f) data, horário e duração das ligações;
- g) valores e descontos oferecidos;
- h) mês/ano de referência.
- i) número da fatura

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado até a data de vencimento expressa na Nota Fiscal/Fatura (desde que apresentada ao TRE/RO no prazo fixado na cláusula 12.2 deste Termo de Referência).

13.2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal/Fatura só se efetivará após o atesto dos serviços e mediante a comprovação da regularidade da contratada perante a Seguridade Social (CND-INSS/CRF- FGTS).

13.3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja Optante pelo Simples, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

13.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/RO, entre a data de vencimento e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de



compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: i = taxa percentual anual do valor de 6%, $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

13.5. O pagamento mensal ficará vinculado ao cumprimento dos níveis de serviços definidos no Anexo IV, que acompanha este Termo de Referência. O valor do pagamento mensal dos serviços (1) será calculado como sendo o valor da fatura mensal, menos a soma de glosas e multas computadas e aplicáveis no período correspondente.

(1) $VPM = VFM * (1 - TGM)$

Onde:

VPM = Valor a ser Pago no Mês

VFM = Valor do Faturamento Mensal

TGM = Total de Glosas no Mês

O Total de Glosas e Multas do período será calculado pelo apurado no mês correspondente, seguido pelas definições da Tabela 1 - Indicadores e Metodologias do Acordo de Níveis de Serviços (Anexo IV), dividido pelo quociente 720 (24h x 30 dias). As pontuações devidas são motivadas pelo descumprimento do acordo de níveis de serviços pela Contratada.

\sum Pontos Recebidos

(2) $TGM = \frac{\text{-----}}{720}$

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções administrativas relativas ao objeto desta contratação serão disciplinadas no Termo de Contrato que acompanhará o Edital do certame.

12.2. A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a Rescisão Unilateral do Contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.



13. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/RO

13.1. Sem prejuízo do que vier a ser disposto na minuta do Termo de Contrato, são direitos e deveres do TRE/RO:

13.1.1. Requisitar a prestação dos serviços objeto desta contratação, na forma prevista neste Termo de Referência e nas demais normas aplicáveis.

13.1.2. Exigir da contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

13.1.3. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação;

13.1.4. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços por meio de sua unidade responsável, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços prestados.

13.1.5. Contestar débitos não reconhecidos.

13.1.6. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.

13.1.7. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)

14.1. Sem prejuízo do que vier a ser disposto na minuta do Termo de Contrato, são obrigações gerais a serem observadas por todas as empresas contratadas:

14.1.1. Prestar ao TRE/RO os serviços objeto desta contratação, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Edital de Licitação, na Minuta do Contrato e nos demais anexos, obedecendo à regulamentação aplicável descrita neste documento, em especial à regulamentação da Anatel referente à qualidade dos serviços.

14.1.2. Dispor de um consultor ou gerente de contas para acompanhar o Contrato e indicar o(s) funcionário(s) que estarão designados para atender as solicitações da FISCALIZAÇÃO relativas a esta contratação. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição do referido consultor ou gerente de contas da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços.

14.1.3. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações, comunicações de dados ou mensagens de fax, realizadas por meio do serviço desta contratação.

14.1.4. Prestar o serviço 24 horas por dia, sete dias por semana, durante todo o período de vigência do Contrato.

14.1.5. Fornecer Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), 24 horas por dia, sete dias por semana, durante toda a vigência do Contrato, por meio de chamada telefônica, sem nenhum ônus ao TRE/RO, a fim de que seja possível



registrar reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos.

14.1.6. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A Fiscalização não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade das Contratadas para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização, devidamente aprovada pela Anatel.

14.1.7. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável ao objeto da contratação, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados ao TRE/RO.

14.1.8. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

14.1.9. Manter sistema alternativo para a prestação dos serviços, para fins de contingência, em caso de pane/defeito no sistema principal, de modo a possibilitar a continuidade da prestação dos serviços objeto desta contratação.

14.1.9.1. Caberá à empresa contratada a seleção do meio alternativo para eventual contingência

14.1.9.2. O sistema alternativo deverá ser ativado pela contratada, em até 24 (vinte e quatro) horas após a inatividade do sistema principal.

14.1.10. Aceitar, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

14.1.11. Aceitar, nos termos da cláusula 9.4, as supressões de serviços não efetivamente utilizados pelo TRE/RO.

14.2. Sem prejuízo do disposto na cláusula 14.1 acima e na minuta do Termo de Contrato, são obrigações a serem observadas pelas empresas contratadas para prestação dos serviços indicados nos lotes 1 a 4:

14.2.1. Disponibilizar os serviços contratados no prazo máximo fixado neste Termo de Referência, para cada caso, contado do recebimento pela contratada da Ordem de Serviço encaminhada mediante o Sistema Eletrônico de Informação – SEI ou correio eletrônico (e-mail).

14.2.2. Responsabilizar-se pelos materiais e serviços necessários à conexão dos acessos às instalações do TRE/RO, sem ônus para este.

14.2.3. Bloquear, sem ônus para o TRE/RO e caso seja tecnicamente possível, as ligações destinadas aos serviços 0300, 0500, 0900, 102 e o recebimento de ligações a cobrar.

14.2.4. Tornar disponível, quando tecnicamente possível, o bloqueio de código de seleção de prestadora de serviço de longa distância não autorizada pela Fiscalização.

14.2.5. Prestar suporte técnico em período integral 24 horas por dia, sete dias por semana, com atendimento imediato em caso de falha, inclusive dos equipamentos de conexão fornecidos pela Contratada e instalados em qualquer das dependências físicas do TRE/RO.



14.3. Sem prejuízo do disposto na cláusula 14.1 acima e na minuta do Termo de Contrato, a empresa contratada para prestação dos serviços indicados no lote 3 deverá tornar disponível o serviço de longa distância quando solicitado por intermédio dos acessos pertencentes a qualquer operadora de STFC – modalidade local – contratada pelo TRE/RO.

15. DOS PRAZOS CONTRATUAIS

15.1. O período de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, a contar de 03/09/2019, podendo ser prorrogado por até 60 meses, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

15.2. Os prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:

- a)** O prazo de instalação de acesso direto (linha analógica) não poderá ser superior a 15 (quinze) dias consecutivos, contados da Ordem de Serviço da fiscalização, encaminhada mediante correspondência eletrônica (e-mail);
- b)** O prazo de instalação dos feixes digitais não poderá ser superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da Ordem de Serviço da fiscalização, encaminhados mediante correspondência eletrônica (e-mail);
- c)** Reparar em, no máximo 1 (um) dia útil, contado do chamado de atendimento técnico, qualquer defeito em seus equipamentos e em sua rede de telefonia que tenha paralisado a continuidade dos serviços contratados, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.

15.2.1. A Contratada deverá confirmar expressamente o recebimento da correspondência eletrônica, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

15.3. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

16. DO REAJUSTE DE PREÇOS

16.1. Os preços dos serviços contratados serão corrigidos anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IST (Índice de Serviços de Telecomunicações).

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



17. DA HABILITAÇÃO GERAL

17.1. Para habilitação da licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á, sem prejuízo de outras exigências decorrentes da legislação geral, documentação relativa a:

- a) Habilitação jurídica;
- b) Qualificação técnica;
- c) Qualificação econômico-financeira com certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Coordenadoria de Suporte e a Fiscalização do Contrato ficará a cargo do Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação.

17. DA GARANTIA

17.1. Para assegurar a plena execução do presente ajuste, a Contratada deverá oferecer, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do instrumento de contrato, GARANTIA, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor dos serviços objeto do contrato, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

18. DOS ANEXOS

São anexos do presente Termo de Referência, os seguintes itens:

- a) Anexo I
- b) Anexo II - Distribuição de linhas por município-sede e municípios-termo;
- c) Anexo III - Modelo de proposta detalhada;
- d) Anexo IV - Acordo de Níveis de Serviços (ANS)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pregão Eletrônico nº 12/2019

Em 31 de julho de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **RUZEVAN SARAIVA DA SILVA, Coordenador(a)**, em 31/07/2019, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0439836** e o código CRC **2A94142B**.